

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.012](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.012)

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL SOB O VIÉS DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Suzanli Estef

Doutora pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, PROPED/UERJ, suzanli_estef@hotmail.com ;

Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro

Doutora pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, , PROPED/UERJ, cristinaangelicamascaro@gmail.com

RESUMO

O ensaio aqui apresentado está inserido no projeto que propôs uma investigação voltada para o ensino da leitura, escrita e letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual por meio de um programa de formação continuada. Sendo assim, teve como objetivo desenvolver um programa de formação docente para atuação com planos educacionais individualizados para este alunado. A intenção foi colaborar com a perspectiva da inclusão escolar por meio do desenvolvimento e aplicação de práticas pedagógicas que favoreçam esse processo a este público. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, nos pressupostos da pesquisa-ação em todas as fases propostas no estudo, por meio remoto devido a pandemia. A intenção foi desenvolver uma formação para além da descrição de atividades de alfabetização, permitindo que o docente fosse capaz de contextualizar uma prática individualizada conforme as especificidades do alunado. Dessa forma, buscou-se colaborar com a sistematização de ações dialógicas para favorecer o processo de alfabetização

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.012](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.012)

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL
SOB O VIÉS DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

de jovens com deficiência intelectual. O protocolo do estudo favoreceu o desenvolvimento das práticas dos cursistas para alfabetizar por meio da mediação tecnológica e do trabalho colaborativo com demais cursistas. Os estudantes com deficiência intelectual participantes do estudo se beneficiaram de atividades pedagógicas no contexto de seu domicílio, por meio da proposta de formação para aplicação de plano educacionais individualizado (PEI), com a mediação de recursos tecnológicos e trabalho colaborativo. O estudo demonstrou uma possibilidade de sistematização do atendimento educacional especializado remoto para o alunado com deficiência intelectual com ênfase em atividades personalizadas.

Palavras-chave: Alfabetização, Deficiência Intelectual, Plano Educacional Individualizado.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional contemporâneo enfrenta desafios para ressignificar nossas escolas no paradigma da educação em uma perspectiva inclusiva. Acompanhando movimentos educacionais mundiais, nos últimos anos nosso país vem, por meio de um arcabouço legal, transformar nossas escolas em ambientes que abarquem a diversidade dos estilos de aprendizagem humana (BRASIL, 2009, 2015).

O movimento para transformar espaços educacionais em ambientes mais inclusivos requer ações além do preconizado no cenário legal, ou seja, envida esforços de toda a comunidade escolar para que a inclusão possa fazer parte do seu cotidiano. Entendemos que a inclusão escolar somente pode ser uma realidade quando essa escola contemporânea cumprir o seu papel para todos os estudantes, isto é, ser um espaço que vai além da transmissão de conhecimentos e consiga incluir socialmente. A inclusão na escola acontece quando o estudante tem além do acesso, a oportunidade de participar e construir conhecimentos que incidirão em um desenvolvimento do cidadão que possa contribuir com a sociedade e realizar seus sonhos enquanto ser humano.

Neste ensaio buscamos nos dedicar a apresentação de uma ação voltada para o processo de inclusão do alunado com deficiência intelectual e as questões relacionadas ao suporte especializado nesse processo. Estes estudantes por sua condição intrínseca, oriunda do déficit intelectual, ainda encontram muitas barreiras para a escola se torne um espaço inclusivo. Na perspectiva da inclusão, a escola precisa se ressignificar para atender às necessidades específicas do estudante, porém o que temos visto é que no caso de alunos com deficiência intelectual, são escassas as oportunidades de conclusão de um itinerário formativo escolar que possibilite a sua inclusão.

Uma investigação de Meletti e Bueno (2011) apontou que o estudante com deficiência intelectual, dentre o público-alvo da Educação Especial, é o que aparece com maior número de matrículas em nossas escolas. A proposição legal para apoiar o processo de inclusão deste alunado nas escolas comuns é a de que estes tenham acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)

no contraturno escolar (BRASIL, 2009). De acordo com a Resolução n.º 04, esta modalidade

[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2009, p.1).

Esta proposta de atendimento para inclusão deste público tem se mostrado incipiente, tendo em vista que o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, 2020), aponta que o número de estudantes da Educação Especial de 4 a 17 anos que tem acesso às turmas de turmas de atendimento educacional especializado (AEE) aumentou de 37,4% em 2015 para 40,8% em 2019. Mas apesar desse aumento, ainda são escassos os estudos sobre estratégias para formação docente específica para atuação nessa modalidade de AEE.

Além da falta de docentes preparados para este suporte ao estudante com deficiência intelectual, há ainda outras variáveis que se traduzem como entraves para a construção de uma escola que atenda às suas especificidades. Em uma investigação sobre as histórias de vida de jovens com deficiência intelectual, Antunes e Glat (2013,p11) ressaltam:

As políticas inclusivas, embora bastante avançadas do ponto de vista de suas concepções teóricas, na realidade não traduzem na superação de práticas homogeneizadoras de ensino e organização do espaço-tempo escolar. As histórias de vida mostram como essa organização é inadequada às necessidades que os alunos com deficiência intelectual apresentam e fica mais evidente quando esses sujeitos avançam para as séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Como já pontuado anteriormente neste ensaio, o propósito de uma escola inclusiva é de que ela promova acesso, participação e construção de conhecimentos para todos os estudantes, tendo como objetivo a inclusão social de seus alunos. Para isso, essa escola

precisa se adaptar às características e necessidades específicas de seus alunos para que oferecer condições para o desenvolvimento acadêmico e social do alunado.

Diante da premissa de que não basta uma orientação legal para que nossos sistemas educacionais se transformem, e de que há um agravante no que é proposto como AEE para o alunado com deficiência intelectual, como a dificuldade de operacionalizá-lo e a necessidade de formação docente para estruturar o trabalho pedagógico adequado neste espaço, surge a justificativa para nossa pesquisa sobre essa modalidade de atendimento para o alunado jovem e adulto com deficiência intelectual.

Sendo assim, enquanto pesquisadoras e atuando diretamente com estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual ao longo dos últimos vinte anos, tanto no espaço da escola comum como na da escola especial, percebemos a demanda por uma proposta de alfabetização que tivesse uma prática que se voltasse para as necessidades específicas desse alunado.

O que justifica nossa escolha pela alfabetização é o fato de que saber escrever, e ler e ser letrado são habilidades relevantes em uma sociedade pautada no letramento. A leitura e a escrita são ferramentas essenciais para a participação efetiva na vida social; estas habilidades são fundamentais para todas as aprendizagens necessárias ao longo da nossa vida.

Oliveira e Simões (2021) pontuam que a pessoa com deficiência intelectual precisa ser percebida como um cidadão que possui o direito fundamental de se alfabetizar. Destacam que esses alunos passam anos a fio em bancos escolares sem se apropriarem de maneira autônoma das habilidades de ler, escrever e contar; onde as práticas pedagógicas se resumem a infinitas estratégias de preparação para a alfabetização.

De acordo com Paiva (2009) isso pode ser relacionado a produção do analfabetismo ao investigar a educação de jovens e adultos e concluir que as escolas frequentemente se tornam espaços excludentes para esses jovens e adultos trabalhadores, muitas vezes sendo o próprio culpabilizado pela situação do analfabetismo. Nessa situação também se encontram os jovens com deficiência intelectual, tendo ainda como a culpabilização pelo fracasso no âmbito acadêmico devida a situação de seu déficit cognitivo,

ignorando-se completamente o que se preconiza na educação inclusiva, na qual a responsabilidade por um ensino de qualidade está na busca dessa escola pela eliminação de barreiras e entraves na escolarização dessa população.

A partir dessas ponderações sobre a importância da alfabetização e a necessidade de ir além de políticas, com base na produção de nosso grupo de pesquisa temos percebido uma estratégia pedagógica denominada Plano Educacional Individualizado com um grande potencial para o sucesso acadêmico do alunado com deficiência intelectual (MASCARO, 2017). Embora exista a recomendação para elaboração do PEI para o estudante da Educação Especial, não existem estudos que associem essa estratégia ao trabalho para alfabetizar o estudante com deficiência intelectual.

A Lei Brasileira de Inclusão-Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13146 (BRASIL, 2015), incumbe ao poder público em seu artigo 28, que se assegure, crie, se desenvolva, implemente, incentive, acompanhe e avalie: propostas de aprendizado ao longo da vida, planejamento de estudo de caso para elaboração do plano de atendimento educacional especializado, adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento de aspectos linguísticos, culturais e profissionais; dentre outras medidas.

Dessa forma, nosso projeto surge com o objetivo de implementar e avaliar uma proposta de formação docente para aplicação Plano Educacional Individualizado (PEI) com ênfase na Alfabetização e Letramento. A proposta formativa de caráter teórico prático, foi estruturada de forma remota, inclusive na etapa prática da qual os cursistas aplicavam o PEI com um estudante com deficiência intelectual, sendo assim foi uma formação baseada na mediação tecnológica em todas as suas etapas.

Para a etapa teórica, os colaborativos, planos educacionais conteúdos sobre apropriação do conhecimento, ensino individualizados, desenho universal na aprendizagem, alfabetização e letramento e mediação tecnológica eram priorizados. Na etapa prática os cursistas, divididos em equipes aplicavam o PEI com estudantes com deficiência intelectual a partir do protocolo de aplicação elaborado para o curso. Este atendimento na etapa prática caracterizou-se como um Atendimento Educacional Especializado (AEE) na modalidade remota, uma proposta inovadora tendo em vista a ausência

de um trabalho nesta proposta de interação tecnológica para alfabetizar jovens e adultos.

METODOLOGIA

Este estudo surge, primeiramente com a reflexão do papel da universidade no processo inclusivo de jovens e adultos com deficiência intelectual. A educação inclusiva é uma proposta voltada para que a escola cumpra seu papel social com todos os estudantes. E a universidade com base no seu tripé: ensino, pesquisa e extensão precisa ser um *locus* para a criação de estruturas que apoiem o desenvolvimento de uma nação inclusiva.

A partir de um projeto pesquisa intitulado “Formação docente para o atendimento educacional especializado: o plano Educacional Individualizado (PEI) mediado por tecnologias”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa pelo parecer nº 5.545.037 e de um projeto de extensão denominado “Alfabetização e letramento para estudantes com deficiência intelectual com ênfase no Plano Educacional Individualizado”, foi elaborada uma formação visando o ensino a partir de cursos sobre a aplicação do PEI mediado por tecnologias, a partir de um protocolo específico.

A pesquisa foi desenvolvida nos pressupostos da pesquisa-ação, que se caracteriza pelo potencial de transformação social, ao permitir a emancipação de indivíduos e outras condições que obstruem um processo emancipatório (LORENZI, 2021). No caso buscávamos tanto a emancipação dos estudantes com deficiência intelectual nas questões acadêmicas, como também a criação de possibilidades de prática docente para atender a demanda de alfabetização e letramento desses jovens. Apesar da legislação propor o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a estruturação do serviço e a formação docente para o mesmo é incipiente até o momento.

Ainda segundo Lorenzi (2021), o ponto de partida de uma pesquisa-ação é o agir coletivo em prol de uma ação que objetiva resultados positivos para os atores sociais envolvidos, isto é, para os pesquisados e para os pesquisadores.

Nosso estudo buscou por meio do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão conduzir mudanças necessárias para atender as necessidades específicas de estudantes com deficiência

intelectual e as demandas de formação inicial e continuada de docentes para atuar com esse alunado.

Figura 01- Sequência do estudo, considerando os pressupostos da Pesquisa-ação



Fonte: As autoras (2022)

A figura 01 apresenta como se estruturou nossa sequência metodológica, para tal, o estudo se dividiu em três etapas, a saber:

1ª ETAPA:

- Levantamento, seleção e análise de artigos científicos nacionais sobre alfabetização e letramento de estudantes com deficiência intelectual; com a finalidade realizar uma revisão integrativa sobre o tema e fundamentar teoricamente o material produzido no estudo.
- Divulgação pelas redes sociais da oferta do curso de formação sobre PEI e Alfabetização.
- Contato via *Whatsapp*¹ com a direção da unidade escolar Caep Favo de Mel da rede FAETEC que atende estudantes jovens e adultos com deficiência.
- Troca de e-mails com direção e coordenação do Caep Favo de Mel para apresentação da proposta de pesquisa e solicitação de autorização para captar estudantes matriculados para participarem do estudo.
- Elaboração com a equipe da proposta de formação docente sobre o Plano Educacional Individualizado para o estudante

1 Aplicativo que permite o envio e recebimento de mensagens de áudio, texto e vídeo pela internet via smartphones e computadores.

com deficiência intelectual com ênfase na Alfabetização e Letramento.

2ª ETAPA:

- Aplicação da formação docente.
- Organização dos procedimentos e instrumentos de coleta dos dados como, por exemplo, inventário de observação participante, roteiro para entrevistas semiestruturadas, elaboração das propostas do Plano Educacional Individualizado.
- Orientação para os cursistas da formação docente na elaboração e aplicação de Planos Educacionais Individualizados para estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual.
- Avaliação da proposta de formação continuada.

3ª ETAPA:

- Análise dos dados coletados de acordo com o objetivo do estudo.
- Validação do protocolo para aplicação do Plano Educacional Individualizado para estudantes com deficiência intelectual com ênfase em Alfabetização e Letramento.
- Elaboração de relatórios de pesquisa.
- Elaboração de um vídeo instrucional do protocolo para aplicação do Plano Educacional.
- Devolutiva dos resultados para comunidade escolar envolvida com os estudantes participantes com o objetivo de realizar uma avaliação e discussão coletiva sobre os dados obtidos na pesquisa.
- Apresentação da pesquisa em eventos científicos.
- Elaboração do relatório final e publicação de artigos com os resultados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta formativa buscou conciliar o conteúdo teórico e sua aplicação prática, visando criar o espaço para a *práxis* em relação a proposta do PEI e dos processos relativos à alfabetização e ao letramento. Nesse sentido selecionamos dados referente a atuação com um estudante com deficiência intelectual, considerado o aluno piloto, a fim de exemplificar algumas ações dentro do escopo proposto do curso.

O aluno com diagnóstico de deficiência intelectual, o qual vamos denominar como Mauro tem Síndrome de Down, possui 28 (vinte e oito) anos de idade e estuda no Centro de Apoio Especializado à Educação Profissional Favo de Mel, unidade escolar da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec). Foi inserido no mercado de trabalho, o que gerou a necessidade de práticas voltadas para sua adaptação ao novo ambiente e desafios da nova realidade laboral.

Neste sentido, o Plano Educacional Individualizado foi elaborado priorizando suas necessidades laborais através de atividades que favoreçam o seu desenvolvimento e aprendizado para atuação no seu posto de trabalho. Foram elencados objetivos com foco na sua permanência no emprego, desenvolvimento de potencialidades e autonomia social. As atividades personalizadas foram aplicadas via Plataforma Google Meet e em atividades desenvolvidas no Google Forms.

A etapa prática da formação seguia um protocolo para que os cursistas aplicadores do PEI pudessem atuar com os estudantes, em consonância com os pressupostos da pesquisa-ação, permitindo a reflexão para cada ação planejada e aplicada. O trabalho com Mauro teve início com uma sequência de quatro entrevistas por meio do Aplicativo *WhatsApp* e dois encontros pela Plataforma de videoconferência *Zoom*, tendo como participantes: o aluno, sua responsável, e a própria equipe. Nesse momento, de acordo com as necessidades do sujeito e considerando o que ele já sabia e o que ainda precisava apreender e consolidar, foram traçados metas e objetivos de acordo com os seus ritmo e interesses.

A partir disso, foram elaboradas quatro atividades para aplicação remota, considerando o que foi investigado na anamnese e o objetivo geral do seu PEI, que foi o de desenvolver atividades que

favoreçam a construção da leitura e escrita alinhando as necessidades do seu cotidiano laboral e atividades sociais.

Usando como suporte o uso dos meios eletrônicos, foi planejado o trabalho referente a identidade do aluno, enquanto sujeito, que precisava compreender o contexto da nova fase que estava sendo inserido, ou seja, o mercado de trabalho. Dessa forma, foi traçado como objetivos o aprofundamento da leitura e escrita, escrita do nome completo e da sua data de nascimento, sua filiação, aprimoramento da assinatura pessoas, reconhecimento e transcrição das letras de imprensa maiúscula e minúscula, a consciência da função do documento e conseqüentemente a sua relação para o exercício pleno da cidadania.

Como o PEI foi aplicado no mês de novembro, e este foi permeado pelo período eleitoral (2020) incluímos atividades relacionadas à cidadania. Nesse intuito foi trabalhada a importância desse momento, assim como a função do prefeito, do vereador e as orientações para o dia da eleição. Com o objetivo de participar sempre de forma colaborativa, a mãe do aluno enviou aos professores com antecedência a cópia da identidade e da certidão de nascimento do aluno. Com base nesses documentos, foram elaboradas atividades no Google Forms com nome completo, nome do pai, nome da mãe e data de nascimento; os documentos usados no dia da votação e as orientações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para a segurança pessoal e coletiva diante do contexto da pandemia, para serem tomadas no dia das eleições.

Como resultado, destacamos o exercício do papel político e social exercido pelo aluno durante o pleito eleitoral quando cumpriu com louvor o seu papel de cidadão, ao comparecer às urnas e depositar de forma autônoma e consciente o seu voto àquele que foi escolhido por ele para representá-lo no poder executivo e legislativo.

Para, além da aplicação do PEI, a dinâmica que é retratada alcançou também a família do sujeito e permitiu a construção de um trabalho colaborativo entre os diferentes agentes. Uma vez que com o uso das tecnologias digitais nesse novo viés de aplicação do PEI, surge a necessidade de instruir o aluno e sua família nesse uso, uma vez que esta ferramenta se torna o principal elo entre o processo de ensino e aprendizagem.

Figura 02 - Aluno exercendo a sua cidadania (eleições de 2020)



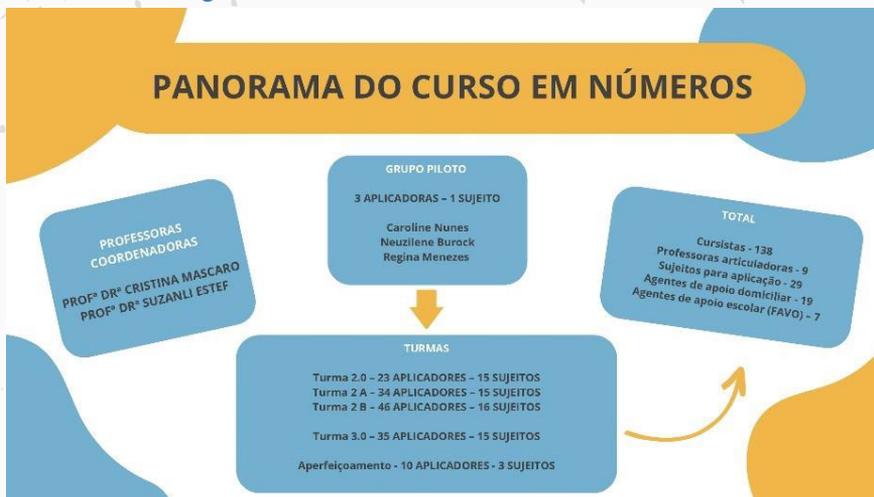
Fonte: Banco de dados da pesquisa (2020)

Os conteúdos iniciais tiveram desdobramentos dentro dessa perspectiva e novos conceitos, valores, aplicações, tomaram espaços primordiais dentro do cotidiano desse aluno e o uso das tecnologias passam a desenvolver outras funções além das práticas elencadas inicialmente. O uso do celular e do computador, por exemplo, tomaram uma grande importância e valorização no contexto, educacional, familiar, social e político do aluno in foco.

Com o uso de aplicativos e plataformas digitais, o sujeito e sua família tiveram a oportunidade de minimizar distâncias no atual período da pandemia, estreitar laços entre amigos distantes, registrar sua participação como cidadão no pleito eleitoral, participar de ações culturais e acadêmicas de forma virtual.

Conforme explicitado acima exemplificamos a dinâmica do curso com o primeiro participante, considerando-o aluno piloto, o qual sua participação se perpetua até os dias atuais. Em um cenário geral do curso, considerando a formação docente para aplicação Plano Educacional Individualizado (PEI) com ênfase na Alfabetização e Letramento, a Figura 3 demonstra o panorama do curso em números até a presente data.

Figura 03 – Panorama do curso em números



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2022)

Consolidando a importância do trabalho personalizado no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, suscitamos a importância da continuidade da aplicação do Plano Educacional Individualizado dentro da modalidade virtual e híbrida, de forma que esse viés, ora implementado num caráter de urgência venha consolidar o seu importante papel na quebra de paradigmas constituído ao longo dos tempos de que o suporte deste alunado só seja possível no formato presencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário educacional atual exige o atendimento às demandas para que a escola cumpra sua missão de promover uma educação de qualidade para todos, contribuindo assim para uma sociedade mais justa, com oportunidades de realização para todos. A experiência aqui relatada visa contribuir com parte dessas demandas contemporâneas.

Por meio de uma proposta formativa inédita na qual pautamos o compartilhamento de conhecimentos com docentes para atuação com o alunado que ainda não se apropriou de habilidades básicas como a alfabetização e o letramento. Sabe-se que há um número expressivo de alunos com deficiência intelectual que, apesar de

anos na escola, não se apropria destas habilidades tão relevante em uma sociedade grafocêntrica. A leitura e a escrita, assim como o uso social destas habilidades são habilidades básicas para aprendizagens posteriores. Neste contexto, também torna-se essencial a aprendizagem relativas ao uso das tecnologias para inserção no mundo digital.

Acreditamos que uma alfabetização inclusiva está diretamente relacionada ao desenvolvimento da humanidade, permitindo apropriação de tecnologias digitais, possibilidades de participação política e social, conforme apresentado no relato sobre o trabalho com o estudante Mauro. Nesse sentido também cabe destacar a pesquisa-ação como uma opção metodológica para formação docente contemporânea, pois permitiu com todos os interessados (professores cursistas, estudantes com deficiência intelectual cursistas) com intuito de colaborar com a validação de uma proposta diferenciada para desenvolver habilidades de alfabetização e letramento.

Sendo assim, buscamos no tripé constitutivo da universidade coadunar o que temos pesquisado sobre assunto, buscando o ensino no que se consolida na pesquisa e trazendo a extensão como uma possibilidade de propagar os conhecimentos consolidados para atuação na escola contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Katiúscia; GLAT, Rosana. **História de vida de alunos com deficiência intelectual**: percurso escolar e a constituição do sujeito. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8, Anais... Londrina, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução No4**, de 02 de outubro de 2009. Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica – na modalidade Educação Especial. 2009.

_____. Lei no 13.146 de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

LORENZI, Gisele Maria Amim Caldas. **Pesquisa-ação**: pesquisar, refletir, agir, transformar. Curitiba: InterSaberes, 2021.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino Carvalho. **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional** de Janeiro, Rio de Janeiro, **individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio 2017.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de escolarização de alunos com deficiência na educação infantil: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 367-383, maio/ago. 2011.

OLIVEIRA, Heli Sabino; SIMÃO, Jalmiris Regina de Oliveira. A alfabetização como elemento de inclusão/exclusão: desafios e perspectivas na educação de jovens e adultos. In: SOARES, Ângela Mathylde; CAPOVILLA, Fernando Cesar; SIMÃO, Jalmiris Regina de Oliveira; NEVES, Luís Miguel. **Caminhos da aprendizagem e da inclusão**: entretecendo múltiplos saberes. Belo Horizonte: Artesã, 2021.

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: DP et Alí; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.